

AGRICULTURA, DESIGUALDADE REGIONAL E
TRABALHO NO BRASIL
AGRICULTURAL ACTIVITY, LABOR AND REGIONAL
UNEQUALITY IN BRAZIL

*Marcelo Weishaupt Proni**

*Fabiano Lago Garrido***

IE-Unicamp

RESUMO

As condições de trabalho no campo e as possibilidades de absorção da população trabalhadora em atividades agrícolas se alteraram, nas duas últimas décadas do século passado, assim como se modificaram a estrutura ocupacional e as formas de inserção no mercado de trabalho rural. O propósito deste estudo é discutir algumas questões relacionadas com a evolução recente da agricultura e a situação do mercado de trabalho agrícola, no Brasil, destacando em especial as desigualdades regionais. Para tanto, a argumentação está dividida em três passos. Primeiro, é feito um breve panorama econômico da agropecuária brasileira, enfocando o desempenho do setor nos últimos anos, a estrutura produtiva no campo e os impactos da modernização do ramo agrícola. Em seguida, a atenção se concentra na evolução do emprego e dos rendimentos na agricultura decorrentes das mudanças transcorridas. Na sequência, é feita uma caracterização geral dos trabalhadores agrícolas a partir das informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003, priorizando as diferenças entre 13 estados selecionados. O artigo procura evidenciar que a modernização da agropecuária, no Brasil, não promoveu uma superação dos traços mais visíveis das precárias condições ocupacionais dessa população e demonstrar que a análise das diferenças estaduais relacionadas ao perfil dos trabalhadores agrícolas torna mais interessante e sugestivo o diagnóstico dos problemas centrais, contribuindo assim para o debate sobre o desenvolvimento desigual no campo.

Palavras-chave: Economia Agrícola; Ocupação no Campo; Desigualdade Regional.

* Marcelo Weishaupt Proni é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT). Contato: mwproni@eco.unicamp.br

** Fabiano Lago Garrido é mestrando do Instituto de Economia da Unicamp. Contato: garridofabiano@uol.com.br

ABSTRACT

The working conditions in the Brazilian countryside and the possibilities to integrate the working population in the agricultural activities have changed in the two last decades of the XX century. And so have the agricultural structure and the forms of insertion in the rural labor market changed. The objective of this article is to discuss some issues related to the latest evolution of agriculture and the situation of labor market in the Brazilian countryside. It will specially focus on regional unequal conditions. Three main steps are followed in the article. A brief economic outlook of Brazilian agriculture will be shown first, focusing on the sector performance in the last years on the productive structure in the countryside, and the impact of modern practices in the agricultural field. After that, the employment evolution and the agricultural income produced out of the changes in the field will be analyzed. Following that, general information on specific characteristics of rural workers according to 2003 PNAD (national research by home sampling) will be shown, pointing out differences between thirteen selected states. The article tries to point out that the modernization of agriculture in Brazil did not result in overcoming the most visible traces of precarious job occupations of countryside people, and it demonstrates that differences between the states related to the rural workers' profile point to the need to do a diagnosis of the main problems, which would be a helpful contribution to the debate about unequal development in the country.

Keywords: Agricultural Economy; Rural Occupation; Regional Unequality.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 25 anos, o aprofundamento no processo de mecanização da agricultura e a adoção de novas estratégias de gestão dos agronegócios ampliaram a defasagem entre o grande estabelecimento e a pequena propriedade, tornando ainda mais graves os efeitos da concentração fundiária no Brasil. Certamente, tais mudanças contribuíram para aumentar a capacidade de produção de alimentos e matérias-primas, mantendo as atividades agropecuárias como um ramo de grande importância para a economia nacional. Contudo, a maneira como esse processo de desenvolvimento agrícola ocorreu afetou diretamente o mundo do trabalho, em particular no que diz respeito à estrutura ocupacional e às formas de inserção no mercado de trabalho rural. As condições de trabalho no campo e as possibilidades de absorção da população trabalhadora em atividades agrícolas parecem ter piorado em vários aspectos, o que permite colocar em questão os resultados do desenvolvimento agrícola para o bem-estar social dessa população.

Há divergentes interpretações sobre as tendências do mercado de trabalho rural que se devem, entre outras razões, a dificuldades metodológicas para mensurar e qualificar as mudanças na situação ocupacional e nas alternativas de renda da população rural. A própria definição do que é o “mundo do trabalho no campo” tem sido objeto de polêmica. Trata-se, sem dúvida, de um universo bastante heterogêneo. Se é verdade que as mudanças impostas pelos agronegócios modernos redefiniram o espaço econômico e as relações de trabalho ali predominantes, também é fato que a agricultura familiar manteve sua importância no abastecimento alimentar do mercado interno e na reprodução da população rural. Por outro lado, se os pequenos municípios, na maioria das regiões do País, vivem em função das atividades agrícolas, também têm surgido situações em que ganham relevo certas atividades não agrícolas no campo. Por isso, não é tarefa simples a análise dos determinantes da dinâmica do mercado de trabalho rural no Brasil.

A heterogeneidade do ambiente rural também resulta da progressiva (mas ainda restrita) difusão de serviços e costumes tipicamente urbanos, no interior do País. A energia elétrica, a telefonia, as melhores condições de transporte e de moradia, os serviços públicos como saúde, educação e água tratada, podem ser encontrados no meio rural nesse princípio de século. Contudo, na maioria das áreas rurais brasileiras, o campo continua sendo um espaço extremamente carente de progresso técnico e de

elementos da civilização moderna. Embora as relações capitalistas tenham penetrado profundamente na organização das atividades econômicas rurais, há um contingente elevado de unidades produtivas em que as relações mercantis ainda são escassas. E não se pode deixar de lembrar que, em vários lugares, a disputa pela terra ainda produz tensões sociais e violência física. Por isso, é aconselhável evitar uma caracterização geral das condições de vida e de trabalho no meio rural brasileiro, entendendo que este pode traduzir diferentes configurações, dependendo do contexto econômico e social. Assim, se possível, os estudos sobre essa temática devem oferecer um panorama que contemple a diversidade de configurações produtivas e de contextos sociais.

O objetivo deste estudo é discutir algumas questões relacionadas com a evolução recente da agricultura e a situação do mercado de trabalho agrícola no Brasil, destacando, em especial, as desigualdades regionais. Para tanto, a argumentação está dividida em três passos. Primeiro, é feito um breve panorama econômico da agropecuária brasileira, enfocando o desempenho recente do setor, as diferenças regionais da estrutura produtiva no campo, assim como o impacto das políticas macroeconômicas e da modernização tecnológica. Em seguida, a atenção se concentra em estudos acadêmicos sobre a evolução do emprego e dos rendimentos na agricultura nos últimos anos, destacando também as diferenças regionais. Então, é feita uma caracterização dos trabalhadores agrícolas a partir das informações fornecidas pela PNAD de 2003, priorizando as distintas situações verificadas em 13 estados selecionados. Ao final do artigo, são acrescentadas algumas reflexões sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento desigual no campo.

PANORAMA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO BRASIL

Ao longo dos anos 90, esse setor econômico foi bastante afetado pelas políticas macroeconômicas adotadas, e vários segmentos tiveram sua rentabilidade comprometida. A abertura comercial indiscriminada acarretou queda generalizada dos preços das *commodities* agrícolas, ao passo que as altas taxas de juros adiaram grande parte dos investimentos necessários para elevar a competitividade do setor; e a política de valorização cambial inibiu o crescimento das exportações de vários produtos agrícolas. Além disso, a redução das linhas de financiamento com crédito subsidiado e a relutância do Governo Federal em adotar mecanismos eficientes de proteção para o setor (como a garantia de preços mínimos) deixaram os produtores agrícolas ao sabor das forças de mercado (MATTEI, 1998). Por outro lado, houve uma reestruturação dos grandes empreendimentos agrícolas, com mudanças significativas provocadas

pela adoção localizada de inovações tecnológicas (aquisição de máquinas e tratores, uso de novos fertilizantes e insumos, utilização de defensivos agrícolas e desenvolvimento de novas técnicas de produção) nas áreas mais capitalizadas (VIEIRA FILHO; CAMPOS; FERREIRA, 2005).

Tabela 1
Valor Bruto da Produção no Setor Agropecuário
Brasil, 1990-2004

Produtos	Participação (em %)			Evolução (1990=100)	
	1990	2000	2004	2000	2004
Agrícolas	58,2	57,6	62,1	100,1	149,5
Soja	8,3	12,2	18,9	148,8	215,1
Milho	7,5	8,4	7,3	114,1	120,8
Cana-de-açúcar	7,7	8,0	6,8	105,8	117,8
Café beneficiado	3,9	6,8	4,6	174,9	95,2
Arroz	3,9	3,8	4,6	98,1	171,2
Mandioca	2,5	2,4	2,6	96,3	147,8
Algodão em caroço	1,8	1,6	2,4	88,1	213,7
Outros	22,7	14,5	14,8	64,5	141,4
Pecuários	41,8	42,4	37,9	102,3	124,1
Carne bovina	20,2	21,4	17,3	106,9	112,2
Frango	6,9	8,1	8,8	119,1	149,8
Leite	9,9	8,1	6,5	82,8	110,8
Outros	4,9	4,8	5,4	99,1	156,0
Total	100,0	100,0	100,0	101,0	138,7

Fonte: Ministério da Agricultura/CNA.

No período 1990-2000, a maioria das atividades agropecuárias teve um desempenho econômico muito ruim, mas algumas commodities obtiveram bons resultados, o que manteve o valor total da produção do setor praticamente constante (Tabela 1).

Na década atual, ao contrário, a agropecuária brasileira tem demonstrado um grande vigor, com taxas elevadas de expansão do valor bruto da produção, relacionadas em grande parte com o incremento nas exportações¹ de produtos agrícolas (principalmente soja e seus derivados) e de carnes. Em 2004, o setor foi responsável por 10% do PIB brasileiro (8% em 2000). De acordo com o Ministério da Agricultura, o

¹ Em 2005, o chamado "agronegócio" atingiu a marca recorde de US 39 bilhões em exportações (resultado 11% superior ao de 2004), o que correspondeu a 37% do total das exportações brasileiras.

valor bruto da produção alcançou R\$ 191,6 bilhões em 2004, sendo R\$ 119 bilhões na agricultura e R\$ 72,6 bilhões na pecuária (em 2000, esses valores correspondiam a R\$ 138,2 bilhões, R\$ 79,6 bilhões e R\$ 58,6 bilhões, respectivamente). Na Tabela 1, pode-se constatar que o aumento na participação dos produtos agrícolas (62%) em relação aos pecuários (38%) ocorreu em razão do crescimento muito acentuado no valor da produção de soja.

A produção agropecuária diferencia-se conforme a região do País: de acordo com o IBGE, em 2002, cerca de 36% do valor adicionado estavam concentrados na região Sudeste, 27% no Sul, 15,5% no Centro-Oeste, 14% no Nordeste e 7,5% no Norte. Os estados de maior produção agropecuária eram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais (24%, 11%, 10,4% e 10,1% do total da produção nacional, respectivamente).

É importante esclarecer que o desempenho econômico no setor está relacionado com o tamanho do estabelecimento e que, ao lado dos grandes e prósperos produtores rurais, sobrevivem os pequenos, que encontram dificuldades muitas vezes insuperáveis para conseguir financiamentos e para obter acesso à inovação tecnológica. Para dar uma idéia da elevada concentração da produção, assim como do desenvolvimento desigual e combinado no campo, basta consultar os dados do Censo Agropecuário de 1995-96, do IBGE.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que os estabelecimentos com mais de mil hectares (cerca de 1% das propriedades rurais do País) ocupavam 45% da área total, ao passo que 50% das propriedades rurais tinham menos de 10 hectares e ocupavam 20% da área total. Além disso, a concentração da propriedade fundiária apresenta grandes diferenças regionais: quase dois terços dos estabelecimentos com tamanho inferior a 10 hectares estavam no Nordeste, enquanto quase metade das propriedades rurais com pelo menos dois mil hectares estava no Centro-Oeste. Este quadro não deve ter se alterado de forma significativa, desde 1996. De acordo com Hoffmann (2001), tem predominado uma relativa estabilidade estrutural no campo brasileiro, não tendo sido constatada tendência de redução na enorme desigualdade da distribuição da área dos empreendimentos agrícolas, mesmo com o aumento no número de assentamentos rurais.

Em segundo lugar, os estabelecimentos do tipo patronal representavam 11% do universo pesquisado, ocupavam 68% da área rural brasileira e eram responsáveis por 61% do valor bruto da produção, em meados da década passada, enquanto os de tipo familiar somavam 85%, abrangiam apenas 30% da área e respondiam por 38% do valor da produção agropecuária nacional. Em termos regionais, ressalte-se que as pro-

priedades de tipo patronal geravam cerca de 82% do valor adicionado pela agropecuária no Centro-Oeste, 75% no Sudeste, 55% no Nordeste, 42% no Sul e 37% no Norte, ao passo que a agricultura familiar também apresentava um peso bem diferenciado nessas regiões:² 16%, 24%, 43%, 57% e 58%, respectivamente, em 1995-96 (PRONI, et al., 2005).

Prosseguindo na montagem do panorama da estrutura produtiva no campo, convém frisar que a agricultura é responsável por quase dois terços do valor gerado no setor e que há um leque muito grande de produtos agrícolas, mas a produção se concentra em uma dezena de culturas. Em 2004, a soja, o milho e a cana-de-açúcar somaram mais da metade (cerca de 30%, 12% e 11%, respectivamente) do valor bruto total da agricultura. Por sua vez, a carne bovina, o frango e o leite geraram em torno de 86% (46%, 23% e 17%) do valor correspondente à pecuária, nesse ano.

Na Tabela 2, pode-se observar o peso diferenciado das grandes regiões na produção nacional de alguns produtos agrícolas. A soja predomina nas regiões Centro-Oeste; o trigo e o milho no Sul; o café e a cana-de-açúcar no Sudeste; a mandioca no Nordeste. De fato, há uma grande diferenciação regional em termos de culturas agrícolas predominantes.³

Tabela 2
Distribuição Regional da Produção de Culturas Agrícolas Seleccionadas
Brasil, 2002

Região	Soja	Milho	Cana-de-Açúcar	Café	Mandioca	Feijão	Trigo
Norte	0,8	2,2	0,2	4,5	26,2	3,5	-
Nordeste	5,0	6,3	16,2	3,5	35,8	28,3	-
Sudeste	8,4	25,1	66,3	85,6	9,0	27,1	2,9
Sul	37,1	46,1	8,2	4,8	22,9	30,4	93,0
Centro-Oeste	48,7	20,4	9,1	1,6	6,2	10,7	4,1
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-LSPA (2003).

² No caso das unidades familiares, os principais produtos, tomando como base o valor da produção e a área utilizada, são aqueles destinados ao mercado interno. No Nordeste, as atividades mais frequentes são a criação de galinhas e o cultivo de feijão e milho. Na região Norte, o extrativismo vegetal desponta como principal destaque. No Sul, destacam-se na produção familiar a criação de galinhas, o cultivo do milho e a pecuária (leiteira e de corte). Na região Centro-Oeste, predominam também a pecuária (leiteira e de corte) e a criação de galinhas. E no Sudeste, a pecuária leiteira, a criação de galinhas e o cultivo do milho.

³ O mesmo ocorre em relação à produção de frutas (a região Sul é a maior produtora de uva e de maçã, ao passo que a região Sudeste é a maior produtora de laranja e o Nordeste é o maior produtor de abacaxi).

Conforme explicam Maia et al. (2005), houve uma elevação significativa dos índices de produtividade média na agricultura nacional, entre 1995 e 2002, considerando o volume da produção por hectares plantados. Além disso, eles mostram que a produtividade dos empreendimentos agrícolas, que depende do tamanho do estabelecimento e do grau de mecanização das lavouras, também varia de forma significativa conforme a região do País, o que se reflete na capacidade de absorção de trabalhadores na produção.

Vieira Filho, Campos e Ferreira (2005), ao examinarem as estratégias de concorrência no segmento produtor de grãos, ressaltam que os ganhos de produtividade e a redução no custo de produção tornaram-se uma exigência do modo como operam os sistemas agroindustriais (cadeias produtivas). De acordo com eles, a introdução de inovações tecnológicas concentra-se no “polígono dinâmico agroindustrial” (macrorregião que engloba todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ficando de fora o Norte e o Nordeste), onde está a maioria dos empreendimentos agrícolas mais modernos e mais rentáveis.

Para completar esse panorama sintético, deve-se acrescentar que, em 2000, as culturas que mais demandaram mão-de-obra agrícola foram: milho (16,7%), café (11,6%), feijão (10,6%), mandioca (10%), cana-de-açúcar (9,6%) e arroz (9%). Por sua vez, embora fosse a cultura com mais hectares plantados, a soja não teve participação importante (5,8%) na ocupação de trabalhadores agrícolas. Considerando as principais culturas, a maior área plantada pertencia à região Sul (quase 15 milhões de hectares), seguida pela Nordeste (quase 11 milhões), Sudeste (10,5 milhões) e Centro-Oeste (9,4 milhões). Mas, a demanda anual por força de trabalho agrícola tinha uma distribuição não proporcional entre estas regiões: em 2000, na Nordeste se concentrava 43% da demanda nacional, na Sudeste 27%, na Sul 14% e na Centro-Oeste 7%.

O MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO

As mudanças verificadas no padrão de crescimento da agropecuária brasileira, a partir dos anos 80 e de forma mais intensa na última década, alteraram a dinâmica do mercado de trabalho no campo, uma vez que a elevação da produção deixa de se pautar na expansão da área cultivada (à medida que vão se esgotando as fronteiras agrícolas) e passa cada vez mais a depender do aumento da produtividade física das lavouras (MATTEI, 1998). De fato, a mecanização da agricultura e a falta de uma política efetiva e duradoura de apoio para a agricultura familiar afetaram diretamente as formas

de trabalho no campo. Observa-se, em particular, a transformação de grande número de pequenos produtores em trabalhadores volantes ou trabalhadores sem terra, assim como uma retração absoluta da população ocupada nesse setor econômico.

Conforme Belik et al. (2003), entre 1992 e 1999, a população ocupada no ramo agrícola reduziu-se de 14,9 milhões para pouco menos de 13,7 milhões de pessoas; redução que afetou principalmente os empregados (de 5,1 para 4,5 milhões) e os trabalhadores não remunerados (de 4,8 para 4,3 milhões). Em outras palavras, houve diminuição no número de postos de trabalho na agricultura, em período de expansão da produção física (sem que crescesse a área cultivada, o que indica forte elevação da produtividade no campo).

O processo de modernização tecnológica, como mencionado, concentrou-se nas regiões mais capitalizadas do campo brasileiro, agravando as desigualdades regionais em termos de emprego e renda. A ocupação agrícola não se modificou muito nas regiões mais pobres (onde predominam as atividades voltadas para a subsistência), ao passo que, nas áreas onde avançou a produção para o mercado, aumentou a informalidade nas relações de assalariamento (sobretudo no caso do emprego temporário). Segundo Mattei (1998), em meados da década de 90, quase metade da ocupação agrícola estava concentrada no Nordeste, onde cerca de 70% dos trabalhadores agrícolas estavam em unidades familiares (somando os conta-própria, os sem-remuneração e os trabalhadores para o autoconsumo). O problema é que só uma pequena parcela dos produtores familiares conseguia se inserir na lógica estabelecida pelos grandes conglomerados agroindustriais (exceto, em certa medida, nos estados do Sul), permanecendo a imensa maioria trabalhando em condições precárias e com baixos níveis de produtividade.

Por sua vez, nas regiões agrícolas mais dinâmicas do país, as colheitadeiras e demais máquinas agrícolas “inteligentes” tiveram um impacto expressivo no emprego agrícola. Para dar uma idéia de tal impacto sobre a demanda por mão-de-obra, basta considerar que uma colheitadeira permite dispensar entre 100 e 120 trabalhadores na cultura da cana-de-açúcar; cerca de 160 postos de trabalho nas fazendas de café; entre 100 e 120 pessoas na cultura do feijão; e de 80 a 150 trabalhadores rurais na colheita do algodão (BELIK et al., 2003).

Outro fator que tem grande impacto sobre a absorção da mão-de-obra no campo é a forma como se distribuem as lavouras das diversas culturas. As culturas de arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho concentram 67,5% da demanda por horas de trabalho ao longo do ano e detêm 59% da área cultivada. Destaque-se que, apesar de a soja deter sozinha 28,4% da área cultivada, respondeu por apenas 5,8% da

demanda por mão-de-obra agrícola. Outra constatação refere-se ao comportamento da cana-de-açúcar, que no início da década de 90 era a segunda cultura a demandar mão-de-obra agrícola, passando em 2000 a ocupar apenas a quinta colocação, o que ocorreu principalmente por conta do intenso processo de mecanização. Quando se observa o desempenho agregado das culturas, nota-se que, apesar da pequena redução na área cultivada no período compreendido entre 1990 e 2000 (2,7%), a redução na demanda por mão-de-obra agrícola foi da ordem de 21,5% (BELIK et al., 2003).

Maia et al. (2005) explicam que a tendência de redução da ocupação agrícola, após 1995, esteve concentrada nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, apresentando um movimento mais lento no Nordeste e no Sul. Eles afirmam que as tendências atuais do setor agrícola, centradas no agronegócio apoiado no financiamento privado, referendam características perversas do mercado de trabalho rural (como os baixos rendimentos) e sinalizam a possibilidade de aprofundamento das diferenças regionais, que poderão acarretar impactos negativos sobre as já precárias condições sociais prevalentes nas regiões mais pobres do País.

Em razão do cenário mais favorável, a partir de 1999, o número de ocupados no setor agrícola se recuperou, em parte, passando em 2003 para pouco mais de 14 milhões (esta mensuração se refere ao conceito de “PEA restrita”, isto é, desconsidera os ocupados na produção para o próprio consumo, que numa análise rigorosa estavam fora do mercado de trabalho). Por outro lado, as ocupações não-agrícolas no meio rural não cresceram entre 1999 e 2003, conforme era esperado (ao contrário, houve uma retração de 4,6 milhões para 3,7 milhões de trabalhadores, nesse período). O mercado de trabalho rural continuou sendo predominantemente agrícola (PRONI et al., 2005).

Por sua vez, a renda dos ocupados na agricultura variou bastante, desde o início dos anos 1990. De acordo com Hoffmann e Ney (2004), o rendimento médio mensal desses trabalhadores foi bastante afetado pela recessão em 1992, recuperando-se até 1996 (cresce de R\$ 282,90 para 371,00); em seguida, declina até 1999 (R\$ 324,50); e volta a aumentar até 2002 (336,50), em razão da desvalorização cambial. Em comparação com outros setores de atividade, na agricultura os rendimentos são bem mais

baixos, na média, e sua distribuição é mais desigual, o que está relacionado com determinantes estruturais: a concentração da posse da terra e a associação entre a área do empreendimento, de um lado, e o tipo de atividade predominante, de outro. Para esses autores, os efeitos das mudanças conjunturais tendem a ser condicionados pelas características estruturais do setor: distribuição acentuadamente desigual da riqueza, diferenças de escolaridade entre as pessoas e expressivos contrastes regionais.

Além disso, se o mercado de trabalho no campo prioriza a força de trabalho masculina, é compreensível que as mulheres tenham sido mais afetadas pela redução dos postos de trabalho. Como explicam Proni et al. (2005), 80% das mulheres ocupadas nesse ramo de atividade, em 2003, não estavam subordinadas a uma relação mercantil, isto é, não recebiam salário ou qualquer renda monetária, ao passo que entre os homens essa porcentagem era de 26%.

Em suma, a modernização da agropecuária brasileira não foi um processo uniforme – ou seja, não atingiu igualmente todos os produtores agrícolas – e aprofundou ainda mais as desigualdades regionais no campo. Foram beneficiadas as atividades ligadas à agroindústria, ao passo que uma parcela significativa de produtores ficou à margem desse processo por insuficiência de renda e/ou dificuldades de obtenção de crédito para a aquisição das novas tecnologias. Somando-se os efeitos da mecanização aos impactos da queda de rentabilidade das atividades agropecuárias e do enfraquecimento dos tradicionais instrumentos de políticas para o setor, tem-se um quadro bastante preocupante nas áreas rurais. E, para detalhar este quadro, torna-se fundamental um mapeamento das diferenças inter e intra-regionais.

DIFERENÇAS REGIONAIS NO PERFIL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS

A análise a seguir procura destacar as principais características do mercado de trabalho no campo, com base nas informações fornecidas pela PNAD,⁴ examinando diferenças regionais e contrastando a situação observada nos estados brasileiros que concentram a maior parte da produção e da população ocupada no setor.

⁴ Esclarecimentos sobre o uso da PNAD e as dificuldades colocadas para a análise do comportamento da ocupação agrícola em razão da precariedade das informações disponíveis podem ser encontrados em Mattei (1998).

Tabela 3
Valor Bruto da Produção Agropecuária e População Ocupada no Campo
Brasil e Estados Seleccionados, 2002 e 2003
(em %)

Unidade da Federação	Valor Bruto da Produção Agrop. em 2002	Trabalhadores Agrícolas em 2003	Peso da Ocupação Agrícola	População Rural Ocupada
Maranhão	1,8	7,3	42,3	7,1
Ceará	1,1	7,3	32,0	7,1
Pernambuco	2,5	7,3	32,8	7,4
Bahia	5,0	14,9	38,7	15,3
Espírito Santo	1,1	2,4	24,0	2,3
Minas Gerais	10,1	13,1	22,5	11,1
São Paulo	24,0	6,3	5,5	6,6
Goiás	6,2	2,7	16,3	2,5
Mato Grosso	5,5	2,2	28,8	2,1
Mato Grosso do Sul	4,0	1,3	18,4	1,2
Paraná	10,4	7,1	21,6	6,8
Santa Catarina	5,6	3,8	20,3	4,3
Rio Grande do Sul	11,0	8,9	24,8	9,5
	88,2	84,4	-	83,4
Total dos 13	100,0	100,0	20,5	100,0
Brasil	R\$ 180,5 bilhões	16.484.261 ⁽¹⁾		14.847.945 ⁽¹⁾

Fonte: IBGE – Contas Regionais 2002 e PNAD 2003.

⁽¹⁾ Exclui a zona rural da região Norte.

Na Tabela 3, pode-se observar que as atividades agrícolas respondiam, em 2003, por cerca de 20% da ocupação no País, mas o peso do trabalho agrícola na estrutura ocupacional variava de acordo com o estado (de 5,5% em São Paulo a 42% no Maranhão). A participação dos estados na distribuição da população ocupada no setor agropecuário não corresponde ao peso que cada um tem no valor da produção agropecuária nacional (por exemplo, a Bahia concentrava quase 15% dos trabalhadores agrícolas, ao passo que em São Paulo estavam pouco mais de 6%), mas parece acompanhar o peso de cada estado na distribuição da população rural brasileira (destaque para Bahia e Minas Gerais). Note-se que os estados onde a população residente no campo era numericamente maior não são, necessariamente, os que apresentavam maior produção agrícola (São Paulo, seguido por Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais). Fica evidente, portanto, que há grandes diferenciais regionais de produtividade entre os trabalhadores rurais.

Tabela 4
População Rural Ocupada – Brasil e Estados Seleccionados, 2003
(em %)

Unidade da Federação	Ativ. Agrícola	Não Agrícola	Total
Maranhão	83,7	16,3	100,0
Ceará	77,0	23,0	100,0
Pernambuco	83,0	17,0	100,0
Bahia	83,9	16,1	100,0
Espírito Santo	81,4	18,6	100,0
Minas Gerais	81,3	18,7	100,0
São Paulo	35,5	64,5	100,0
Goiás	71,7	28,3	100,0
Mato Grosso	80,4	19,6	100,0
Mato Grosso do Sul	68,9	31,1	100,0
Paraná	77,4	22,6	100,0
Santa Catarina	72,7	27,3	100,0
Rio Grande do Sul	77,2	22,8	100,0
Total dos 13	76,4	23,6	100,0
Brasil ⁽¹⁾	11.256.342	3.591.603	14.847.945

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

⁽¹⁾ **Exclui a zona rural da região Norte.**

Na Tabela 4, percebe-se que nem todos os trabalhadores residentes na zona rural estavam ocupados no setor agropecuário: em 2003, um quarto estava trabalhando em atividades não agrícolas. De qualquer modo, é significativo que 76% dos ocupados no meio rural estejam diretamente vinculados a uma atividade agropecuária (ao passo que menos de 10% da população trabalhadora residindo no meio urbano estavam ocupados na agricultura).

Do ponto de vista regional, chamam atenção as proporções invertidas no estado de São Paulo – onde apenas 35% da população rural ocupada estavam inseridos numa atividade agrícola –, o que sugere que, pelo menos naquele estado, o chamado “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2002) deu origem a uma configuração distinta para o mercado de trabalho (quase dois terços dos trabalhadores se distribuíam em atividades ligadas ao comércio, à construção, à indústria, aos serviços domésticos, entre outras).

Por sua vez, na Tabela 5 pode-se constatar que, em 2003, dos quase 16,5 milhões de trabalhadores em atividades agrícolas, 11,3 milhões residiam em áreas rurais, ao passo que 5,2 milhões em áreas urbanas (isto é, quase um terço dos ocupados agrícolas morava no meio urbano). Considerando a distribuição nos estados seleccionados, vê-se

em vários casos a porcentagem dos que moram no campo situar-se em torno de 75%. Por outro lado, em São Paulo, dois terços dos trabalhadores agrícolas residiam no meio urbano e apenas um terço no meio rural.

Tabela 5
População Ocupada no Ramo Agrícola Segundo a Área de Residência
Brasil e Estados Selecionados: 2003
 (em %)

Unidade da Federação	Trab. Agrícola Resid. Urbano	Trab. Agrícola Resid. Rural	Total
Maranhão	26,5	73,5	100,0
Ceará	32,7	67,3	100,0
Pernambuco	24,3	75,7	100,0
Bahia	22,3	77,7	100,0
Espírito Santo	29,9	70,1	100,0
Minas Gerais	37,8	62,2	100,0
São Paulo	66,3	33,7	100,0
Goiás	40,2	59,8	100,0
Mato Grosso	30,1	69,9	100,0
Mato Grosso do Sul	42,1	57,9	100,0
Paraná	32,5	67,5	100,0
Santa Catarina	25,7	74,3	100,0
Rio Grande do Sul	25,0	75,0	100,0
Total dos 13	32,0	68,0	100,0
	31,7	68,3	100,0
Brasil ¹	5.227.919	11.256.342	16.484.261

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

Na Tabela 6, pode-se notar que entre os trabalhadores agrícolas brasileiros era baixa a taxa de assalariamento: apenas um quarto tinha uma relação de emprego, sendo metade destes empregos temporários (aí se inclui o trabalhador volante). Em contrapartida, a chamada agricultura familiar respondia por cerca de dois terços desse conjunto. As situações de trabalho por conta própria e de trabalho não-remunerado de membro do domicílio somavam quase metade do total (24% e 22%, respectivamente). E chama atenção a elevada proporção de ocupados no ramo agrícola que produziam para consumo próprio (quase um quinto), o correspondente a mais de 3 milhões de trabalhadores agrícolas que, se houvesse outro tipo de política de desenvolvimento agrícola ou rural, poderiam ser efetivamente inseridos no mercado de trabalho no campo. Enfim, embora a posição na ocupação agrícola possa variar, durante o ano, em razão

da sazonalidade da produção agrícola, esses dados dão uma idéia da instabilidade e da grande heterogeneidade de situações presentes no meio rural.

Existem diferenças regionais expressivas em relação à posição na ocupação. No caso de São Paulo, a taxa de assalariamento era de 55% (as maiores porcentagens de empregados permanentes e temporários) e a proporção de trabalhadores não remunerados era de apenas 5%, em 2003. Por outro lado, no Rio Grande do Sul, essas porcentagens eram de 11% e 29%, respectivamente, e a agricultura familiar ocupava cerca de 85% dos trabalhadores. No Maranhão, a participação de trabalhadores por conta própria alcançava 37% e a taxa de assalariamento era de apenas 10%. Note-se que a porcentagem dos que produziam para consumo próprio alcançava 27% em Minas Gerais, contra apenas 11% na Bahia. No Centro-Oeste, o peso dos empregadores era maior e a proporção de trabalhadores à margem de uma relação mercantil (não-remunerados mais trabalho para consumo próprio) era bem menor, em comparação com o Sul e o Nordeste. Note-se, ainda, que há diferenças importantes entre estados da mesma região no que se refere à relação de assalariamento ou a outro tipo de inserção na estrutura ocupacional.

Tabela 6
População Ocupada no Ramo Agrícola Segundo a Posição na Ocupação
Brasil e Estados Selecionados, 2003
(em %)

UF	Empregado Permanente	Empregado Temporário	Conta Própria	Empregador	Não-Remunerado	Consumo Próprio	Total ⁽²⁾
MA	3,7	6,5	36,7	0,9	26,2	20,6	100,0
CE	6,2	11,0	28,9	2,4	25,9	15,4	100,0
PE	10,6	15,1	18,1	2,1	23,6	23,1	100,0
BA	11,0	16,4	26,0	1,8	27,3	11,1	100,0
ES	21,3	12,5	16,5	4,0	22,1	16,3	100,0
MG	16,5	16,3	14,5	3,5	12,3	26,9	100,0
SP	32,0	23,0	13,3	4,3	5,3	11,3	100,0
GO	26,5	17,1	20,1	5,9	8,9	15,8	100,0
MT	24,2	9,1	28,2	3,0	18,4	11,9	100,0
MS	29,7	7,7	17,2	6,0	8,6	21,1	100,0
PR	10,8	9,5	22,7	2,0	26,6	21,9	100,0
SC	8,7	6,7	24,7	5,1	33,8	17,5	100,0
RS	8,2	3,0	29,0	1,9	29,1	26,5	100,0
Brasil ¹	12,8	12,2	23,9	2,6	22,2	18,7	100,0
	2.115.136	2.012.810	3.935.456	436.813	3.654.305	3.077.127	16.484.261

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

² Inclui “sem declaração”.

Os trabalhadores agrícolas estão entre os que recebem, no Brasil, os mais baixos rendimentos. Em 2003, 60% dos ocupados no ramo agropecuário ganhavam até um salário-mínimo (excluindo-se os que não recebiam rendimentos monetários), ao passo que só 8% recebiam acima de três salários-mínimos. Contudo, de acordo com a Tabela 7, nota-se que há diferenciais importantes entre os estados no que se refere à remuneração mensal na ocupação principal. Os estados da região Nordeste apresentavam uma situação mais precária (no Ceará e no Maranhão, cerca de metade desses trabalhadores ganhava no máximo 0,5 s.m.). Em contrapartida, essa porcentagem era muito pequena em São Paulo (3%). No pólo oposto, chama atenção a maior proporção dos que tinham rendimento superior a 3 s.m. em Santa Catarina (30%) e no Rio Grande do Sul (20%). Minas Gerais e Espírito Santo apresentavam distribuições semelhantes, mas diferenças significativas eram observadas entre estados da mesma região.

Como será visto adiante, a alta concentração de ocupados nas primeiras faixas implica uma renda média muito baixa e as diferentes distribuições de acordo com faixas de renda acabam produzindo diferenças por estado na renda média do trabalho agrícola.

Tabela 7
População Ocupada no Ramo Agrícola Segundo Faixas de Rendimento Mensal
Brasil, Estados Selecionados, 2003
 (em %)

UF	Até 0,5 s.m.	Mais de 0,5 a 1,0	Mais de 1,0 a 2,0	Mais de 2,0 a 3,0	Mais de 3,0 a 5,0	Acima de 5,0 s.m.	Total ⁽²⁾
MA	48,9	33,4	13,1	2,7	1,0	0,9	100,0
CE	53,9	30,7	12,0	2,0	1,2	0,2	100,0
PE	42,6	32,8	20,1	2,2	1,7	0,5	100,0
BA	32,3	46,3	15,3	3,1	1,7	1,3	100,0
ES	15,6	41,8	27,0	5,1	5,9	4,6	100,0
MG	17,6	40,6	27,2	7,5	3,7	3,4	100,0
SP	3,4	20,0	47,6	15,9	5,6	7,6	100,0
GO	7,5	25,4	41,6	13,3	5,2	7,0	100,0
MT	5,6	25,6	36,3	18,1	8,5	5,9	100,0
MS	7,4	19,0	43,7	15,0	5,5	9,5	100,0
PR	16,8	26,6	32,0	9,7	5,7	9,2	100,0
SC	7,8	15,6	31,1	16,0	13,8	15,8	100,0
RS	12,9	22,8	31,0	13,5	12,0	7,8	100,0
Brasil ¹	27,5	32,6	24,6	7,2	4,2	3,9	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

² Exclui os “sem rendimento”.

Tabela 8
Ocupados no Ramo Agrícola Segundo Faixas de Jornada de Trabalho Semanal
Brasil, Estados Selecionados, 2003
(em %)

UF	Até 14 horas	Entre 15 e 39	Entre 40 e 44	Entre 45 e 48	Acima de 48 horas	Total ⁽²⁾
MA	8,6	32,0	13,6	13,4	28,0	100,0
CE	15,0	32,5	21,3	10,3	12,1	100,0
PE	13,3	34,3	22,3	8,4	15,3	100,0
BA	10,0	34,5	26,4	12,0	11,7	100,0
ES	16,6	15,0	21,5	14,9	26,5	100,0
MG	21,8	18,5	17,0	14,1	21,1	100,0
SP	10,4	8,4	24,7	18,4	29,6	100,0
GO	12,3	16,7	12,2	14,7	39,9	100,0
MT	7,6	20,6	15,9	19,0	32,9	100,0
MS	18,1	15,2	9,7	14,0	36,5	100,0
PR	18,7	25,3	16,2	10,4	24,3	100,0
SC	12,6	26,0	9,7	8,8	40,3	100,0
RS	21,7	26,6	12,6	7,8	29,7	100,0
Brasil ¹	14,6	26,7	18,7	11,9	21,9	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

² Inclui “sem-declaração”.

Outra informação relevante diz respeito à grande variação no que se refere à jornada de trabalho semanal no setor agropecuário (Tabela 8). Se, de um lado, havia uma proporção considerável (22%) dos ocupados nessas atividades que trabalhava acima de 48 horas por semana, em 2003, por outro lado, 41% tinham jornada inferior a 40 horas, sendo que 15% trabalhavam no máximo 14 horas semanais. Chamam atenção a menor parcela dos que trabalhavam acima de 48 horas nos estados do Nordeste (exceto Maranhão) e a elevadíssima parcela com jornada mais extensa em Santa Catarina e Goiás (40%). Em contrapartida, a porcentagem dos trabalhadores agrícolas que tinham jornada semanal inferior a 15 horas era maior em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (22%) e menor no Mato Grosso (8%). Mais adiante, serão analisadas as médias das jornadas semanais de trabalho.

Tabela 9
Ocupados no Ramo Agrícola Segundo Gênero
Brasil e Estados Selecionados, 2003
(em %)

Unidade da Federação	Homens	Mulheres	Total
Maranhão	65,2	34,8	100,0
Ceará	68,7	31,3	100,0
Pernambuco	64,4	35,6	100,0
Bahia	66,7	33,3	100,0
Espírito Santo	66,3	33,7	100,0
Minas Gerais	65,2	34,8	100,0
São Paulo	74,8	25,2	100,0
Goiás	79,4	20,6	100,0
Mato Grosso	76,7	23,3	100,0
Mato Grosso do Sul	75,9	24,1	100,0
Paraná	59,6	40,4	100,0
Santa Catarina	58,2	41,8	100,0
Rio Grande do Sul	57,3	42,7	100,0
	66,2	33,8	100,0
Brasil ¹	10.907.817	5.576.444	16.484.261

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

Cabe, agora, examinar as características pessoais dos trabalhadores agrícolas. Em primeiro lugar, pode-se confirmar na Tabela 9 que os homens continuam sendo maioria (dois terços do total nacional, em 2003). Em geral, as diferenças regionais na divisão por gênero da população ocupada no ramo agrícola apontam uma participação maior das mulheres no Sul e menor no Centro-Oeste. Destaque-se que a participação feminina variava de 21% em Goiás a 43% no Rio Grande do Sul.

Por sua vez, quando observada a idade dos trabalhadores agrícolas brasileiros, nota-se alta concentração nas primeiras faixas etárias e na última (Tabela 10). Em 2003, 18% tinham idade entre 10 e 19 anos e 20% tinham entre 20 e 29 anos, ou seja, quase 40% tinham menos de 30 anos. Entretanto, nota-se uma elevada porcentagem (15%) de pessoas com 60 anos ou mais que se mantinham ocupadas. As diferenças regionais indicam freqüência de trabalhadores agrícolas com menos de 20 anos de idade maior no Nordeste (24% no Ceará) e menor em São Paulo e no Centro-Oeste

(entre 11 e 12%). Entre os estados selecionados, a proporção com idade acima de 60 anos era mais expressiva no Rio Grande do Sul (22%) e em Santa Catarina e Minas Gerais (17%).

Tabela 10
Ocupados no Ramo Agrícola Segundo Faixas Etárias
Brasil, Estados Selecionados, 2003
(em %)

UF	10 a 14 anos	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 anos ou mais	Total ⁽²⁾
MA	8,7	12,6	10,1	9,9	15,6	15,6	13,7	13,8	100,0
CE	9,2	14,4	9,6	8,0	16,4	14,0	13,2	15,2	100,0
PE	7,6	13,3	12,8	11,3	17,4	12,3	12,7	12,8	100,0
BA	6,4	12,6	12,2	9,4	18,5	14,9	12,9	13,0	100,0
ES	4,9	10,7	12,2	9,8	18,9	16,4	13,3	13,8	100,0
MG	4,5	10,2	9,7	8,5	18,4	16,5	15,1	17,0	100,0
SP	2,0	8,9	11,7	10,9	22,1	18,1	12,7	13,5	100,0
GO	2,3	8,0	10,2	10,2	19,6	18,6	17,9	13,2	100,0
MT	3,5	8,7	11,2	11,5	21,5	18,9	14,7	10,0	100,0
MS	3,0	7,7	10,4	10,1	23,2	19,5	12,7	13,4	100,0
PR	7,0	10,4	9,3	6,8	19,2	16,6	14,9	15,9	100,0
SC	5,6	10,4	8,4	7,7	16,8	18,4	16,1	16,7	100,0
RS	6,6	7,7	5,8	6,1	15,9	18,7	17,4	21,8	100,0
Brasil ¹	6,4	11,2	10,5	9,1	18,0	15,9	14,1	14,9	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

² Inclui “sem declaração”.

Quanto ao grau de instrução formal dos trabalhadores agrícolas (Tabela 11), também é fácil constatar que a condição é muito precária. De fato, entre os que estavam ocupados nesse setor, no Brasil, 29% não tinham estudado ou não tinham completado o primeiro ano escolar; e outros 44% tinham frequentado no máximo o antigo curso primário (até quatro anos de estudo). Contudo, apenas 12% tinham completado ou ultrapassado o ensino fundamental (oito anos ou mais de estudo). Em termos regionais, a maior proporção de trabalhadores agrícolas com carência educacional estava no Nordeste (42% sem instrução e 44% com até quatro anos de estudo no Maranhão), en-

quanto no extremo Sul era mais raro encontrar trabalhadores sem instrução. Os estados onde uma parcela maior desses trabalhadores apresentava um nível de escolaridade um pouco melhor, em 2003, eram São Paulo, Paraná e Santa Catarina (em torno de 22% tinham pelo menos o ensino fundamental completo).

É importante considerar que, seguindo na composição do perfil e análise das diferenças, entre as características mais marcantes do mercado de trabalho brasileiro estão as desigualdades de rendimentos por gênero. No caso dos trabalhadores agrícolas, tais diferenciais são, em geral, muito elevados (Tabela 12).

Tabela 11
Ocupados no Ramo Agrícola Segundo Faixas de Anos de Estudo Completo
Brasil, Estados Selecionados, 2003
 (em %)

UF	Sem Instrução	Entre 1 e 4	Entre 5 e 7	Entre 8 e 10	Entre 11 e 14	15 anos ou mais	Total ²
MA	42,3	43,7	10,0	2,9	1,1	0,0	100,0
CE	40,5	35,6	14,6	6,5	2,6	0,1	100,0
PE	36,4	41,4	14,3	5,6	2,1	0,2	100,0
BA	37,8	41,8	13,2	5,0	2,0	0,1	100,0
ES	22,7	46,3	16,6	8,5	5,5	0,4	100,0
MG	22,7	50,2	14,2	7,9	4,4	0,7	100,0
SP	14,7	45,8	17,1	13,6	7,1	1,6	100,0
GO	22,0	43,4	17,6	8,6	7,7	0,7	100,0
MT	18,3	43,7	22,9	9,7	4,9	0,5	100,0
MS	18,8	45,9	17,9	9,9	5,6	1,8	100,0
PR	16,2	46,0	15,0	15,1	7,1	0,5	100,0
SC	8,8	55,6	14,8	16,0	4,8	0,1	100,0
RS	9,9	43,4	31,4	10,3	4,3	0,7	100,0
Brasil¹	28,6	43,8	15,7	7,9	3,6	0,4	100,0

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a região Norte.

² inclui "sem declaração".

Tabela 12
Renda Média dos Ocupados no Ramo Agrícola Segundo Gênero
Brasil e Estados Selecionados, 2003
(em R\$)

Unidade da Federação	Homens ²	Mulheres ²	Total ²
Maranhão	212,00	84,44	190,70
Ceará	164,56	85,74	157,87
Pernambuco	202,44	127,35	193,26
Bahia	251,29	149,47	237,92
Espírito Santo	400,05	243,63	384,87
Minas Gerais	422,52	204,33	400,45
São Paulo	747,47	366,04	691,11
Goiás	536,09	450,07	532,53
Mato Grosso	592,80	724,01	599,33
Mato Grosso do Sul	707,14	650,90	704,34
Paraná	673,44	254,44	627,85
Santa Catarina	816,87	350,49	754,51
Rio Grande do Sul	544,30	512,03	540,69
Brasil ¹	399,65	221,15	379,32

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

² Exclui “sem rendimento”.

Deve-se frisar que, na Tabela 12, foram excluídos os ocupados sem rendimentos no cálculo da renda média, o que permite uma visualização mais correta.⁵ No contexto nacional, nota-se que o rendimento médio dos trabalhadores agrícolas situava-se em torno de R\$ 380,00 e que os homens ganhavam 80% acima da média feminina (1,7 s.m. contra 0,9 s.m.). O Centro-Oeste é a região onde as disparidades entre as rendas médias por gênero eram menores (os homens ganhavam entre 10% e 20% mais que as mulheres no Mato Grosso do Sul e em Goiás, mas 25% menos no Mato Grosso), ao

⁵ É importante esclarecer que a inclusão dos ocupados não-remunerados distorceria o cálculo da média de rendimentos, invalidando algumas conclusões ou dificultando a comparação com outros segmentos do mercado de trabalho. No Brasil, considerando o total dos ocupados, a renda média das mulheres ocupadas na agricultura, em 2003, seria de apenas R\$ 39,00 – uma vez que predominam situações de ocupação não-remunerada e de trabalho para consumo próprio. Entre os homens, adotando-se este cálculo a renda média seria de R\$ 277,00 (algo em torno de 1,2 salário mínimo na época).

passo que o Rio Grande do Sul é o estado em que tais rendimentos médios eram mais próximos – lembrando que era o estado com maior participação feminina na agricultura. No entanto, as disparidades eram relativamente maiores no Paraná e no Maranhão (diferença superior a 2,5 vezes). Em São Paulo e em Minas Gerais as mulheres ganhavam, em média, metade do que ganhavam os homens.

A Tabela 12 também permite comparar os diferenciais de rendimento do trabalho na agricultura entre os estados selecionados. O maior rendimento médio entre os trabalhadores agrícolas estava em Santa Catarina (3,1 s.m., praticamente o dobro da média nacional) e o menor estava no Ceará (0,7 s.m., cerca de 40% da média nacional). Também se pode destacar o fato do rendimento médio em Minas Gerais (1,7 s.m.) ser superior ao dos trabalhadores agrícolas na Bahia (1,0 s.m.), mas inferior ao registrado em Goiás (2,2 s.m.) e no Paraná (2,6 s.m.). E mencionar a média elevada no Mato Grosso do Sul (2,9 s.m.), pouco acima da calculada para São Paulo.

Tabela 13
Renda Média na Atividade Agrícola Segundo a Posição na Ocupação
Brasil, Estados Selecionados, 2003
(em R\$)

UF	Empregado Permanente	Empregado Temporário	Conta Própria	Empregador	Total ²
MA	243,35	134,31	182,37	714,29	190,70
CE	174,45	129,04	139,12	420,01	157,87
PE	219,92	157,47	144,23	474,72	193,26
BA	262,76	148,88	222,78	1.141,35	237,92
ES	287,52	195,96	392,99	1.426,22	384,87
MG	309,61	210,36	362,73	1.952,92	400,45
SP	388,05	315,75	892,99	4.891,15	691,11
GO	400,63	268,72	408,37	2.151,49	532,53
MT	512,20	378,01	424,89	3.684,83	599,33
MS	450,80	261,98	643,06	3.317,37	704,34
PR	304,76	181,36	582,95	5.400,24	627,85
SC	393,76	291,34	813,16	1.903,16	754,51
RS	374,85	234,45	519,93	2.055,31	540,69
Brasil ¹	316,56	194,82	325,66	2.010,41	379,32

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

² Exclui “não remunerado” e “trab. para próprio consumo”

Os diferenciais de rendimentos entre os ocupados nesse ramo de atividade também são expressivos quando se considera a posição na ocupação (Tabela 13). No Brasil, em 2003, os empregadores em empreendimento agrícola tinham renda média mais de 10 vezes superior à dos empregados temporários, que eram os que detinham menores remunerações. Aliás, no cenário nacional, os salários médios dos empregados permanentes eram 60% maiores que os dos empregados temporários e eram pouco menores que o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria.

Algumas situações, comparando os valores registrados por estado, chamam atenção que destoam da média nacional. Entre os empregados permanentes, o maior rendimento médio estava no Mato Grosso (2,1 s.m.) e o menor estava no Ceará (0,7 s.m.). Entre os empregados temporários, essa diferença também era de 3 vezes. Entre os trabalhadores por conta própria, o maior rendimento médio estava em São Paulo (3,7 s.m.), 6 vezes maior que o rendimento médio análogo em Pernambuco (0,6 s.m.). E considerando os empregadores, o rendimento médio no Paraná (22,5 s.m.) era quase 13 vezes maior do que no Ceará (1,8 s.m.). Além disso, é muito importante ressaltar, ainda, as diferenças no rendimento do trabalho agrícola na mesma região. Por exemplo, os níveis médios registrados na Bahia eram bem superiores aos dos demais estados do Nordeste, o mesmo acontecendo no caso de São Paulo em relação ao Sudeste. No Sul, a posição de Santa Catarina era mais destacada, com exceção dos empregadores.

Por fim, mencione-se que a disparidade entre os rendimentos de acordo com a posição na ocupação era mais baixa em Pernambuco e no Ceará (os empregadores tinham renda pouco superior a 3 vezes a renda dos empregados temporários). Entretanto, tal disparidade alcançava 12,6 vezes no Mato Grosso do Sul e 15,5 vezes em São Paulo, saltando para quase 30 vezes no Paraná. Mas, deve-se notar que esta disparidade era relativamente baixa em Santa Catarina (6,5 vezes), apesar de ser o estado com os maiores rendimentos médios.

Para completar a análise empreendida neste estudo, resta comparar as diferenças de jornada média de trabalho relacionadas com o gênero e com a posição na ocupação. É possível adiantar, desde logo, que os diferenciais de rendimento médio estão em parte relacionados, pelo menos no caso do gênero, com as diferenças em termos de horas trabalhadas por semana.

Na Tabela 14, a primeira observação que salta aos olhos é a baixa jornada semanal entre as mulheres (23 horas), que faz a jornada média geral reduzir-se para 35 horas, no contexto nacional. Na comparação regional, as médias gerais mais baixas pertenciam ao Nordeste e as mais elevadas ao Centro-Oeste. Entre os estados selecionados, resalte-se que os trabalhadores agrícolas trabalhavam 43 horas por semana, em média, em Goiás e em São Paulo. As maiores disparidades também estavam no Centro-Oeste: em Goiás, os homens trabalhavam quase 50 horas, contra 19 horas das mulheres; e no Mato Grosso do Sul, 47 horas contra apenas 16,5 horas semanais.

Tabela 14
Jornada Média dos Ocupados no Ramo Agrícola Segundo o Gênero
Brasil e Estados Selecionados, 2003
(em horas/semana)

Unidade da Federação	Homens	Mulheres	Total
Maranhão	41,4	24,3	35,4
Ceará	37,0	18,1	31,1
Pernambuco	38,5	21,8	32,5
Bahia	37,5	23,9	33,0
Espírito Santo	43,2	25,7	37,3
Minas Gerais	42,5	18,6	34,2
São Paulo	46,4	31,8	42,7
Goiás	49,4	18,8	43,1
Mato Grosso	46,7	25,6	41,7
Mato Grosso do Sul	47,4	16,5	40,0
Paraná	42,2	23,6	34,7
Santa Catarina	44,9	32,8	39,8
Rio Grande do Sul	41,6	26,0	34,9
Brasil ¹	40,9	23,1	34,9

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

Tabela 15
Jornada Média de Trabalho dos Ocupados na Atividade Agrícola por
Posição na Ocupação
Brasil, Estados Seleccionados, 2003
(em horas/semana)

UF	Empregado Permanente	Empregado Temporário	Conta Própria	Empregador	Não Remunerado	Consumo Próprio	Total ²
MA	44,4	41,0	46,2	44,6	30,7	21,9	35,4
CE	45,1	37,7	39,3	41,6	25,3	15,6	31,1
PE	47,1	40,8	39,8	43,4	25,7	21,0	32,5
BA	45,0	40,7	38,6	38,7	25,0	16,8	33,0
ES	46,3	45,6	44,8	43,4	36,3	10,4	37,3
MG	51,1	43,9	44,7	45,2	29,7	13,6	34,2
SP	48,3	46,3	50,9	49,3	41,0	13,1	42,7
GO	54,8	50,2	49,2	48,8	24,2	18,1	43,1
MT	51,7	48,4	46,4	45,0	35,2	16,5	41,7
MS	54,2	51,1	48,1	41,3	29,0	14,3	40,0
PR	48,6	43,4	46,9	51,2	31,9	14,5	34,7
SC	48,5	47,2	50,9	54,7	38,4	16,5	39,8
RS	48,4	43,2	49,8	46,6	33,3	14,6	34,9
Brasil ¹	48,7	42,8	43,3	44,8	29,1	16,3	34,9

Fonte: IBGE – PNAD 2003.

¹ Exclui a zona rural da região Norte.

² Inclui "sem declaração".

Quando considerada a posição na ocupação (Tabela 15), percebe-se que os trabalhadores agrícolas com maior jornada, no Brasil, eram os empregados permanentes (em média, 49 horas por semana), ao passo que os não-remunerados trabalhavam em média menos de 30 horas e os trabalhadores para consumo próprio (a maioria mulheres) apenas 16 horas. Ou seja, as atividades não mercantis faziam reduzir a jornada média na atividade agropecuária, encobrando as extensas jornadas da maioria da força de trabalho ocupada. Além disso, constata-se que os membros da mesma unidade familiar podem se dedicar com intensidades diferentes à atividade agrícola, conforme a posição na ocupação.

Na comparação regional, merecem destaque: a elevada jornada entre trabalhadores permanentes em Goiás (55 horas por semana) e temporários no Mato Grosso do Sul (51 horas); a elevada jornada entre os trabalhadores por conta própria em São Paulo e Santa Catarina (51 horas); a menor jornada entre empregadores na Bahia (37 horas); a alta jornada entre os trabalhadores não-remunerados em São Paulo (41 horas); e a maior jornada dos trabalhadores para consumo próprio no Maranhão e em Pernambuco. Por fim, deve-se apontar as maiores disparidades internas: a jornada média dos empregados permanentes na agricultura era 4,5 vezes maior que a dos trabalhadores para consumo próprio, no Espírito Santo, e 3,8 vezes em Minas Gerais e no Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização verificada na agropecuária brasileira não promoveu uma superação dos traços mais visíveis das precárias condições ocupacionais neste ramo de atividade. Pelo contrário: as transformações estruturais observadas desde os anos 1980 e intensificadas pelas políticas macroeconômicas dos anos 1990 tiveram, em grande medida, conseqüências negativas em termos de geração direta de ocupações e de condições de trabalho. É verdade que muitas ocupações foram criadas em atividades adjacentes à produção agropecuária, em especial nos pequenos municípios, mas os resultados positivos da expansão dos agronegócios, no que se refere ao mercado de trabalho no campo, parecem ter ficado limitados aos pólos mais dinâmicos da agroindústria nacional – e, mesmo nesses casos, observa-se a reprodução da combinação entre atraso e modernidade.

Embora tenha havido, nos últimos anos, um desempenho muito vigoroso da agropecuária, o comportamento do emprego na agricultura permaneceu muito aquém do necessário para absorver o grande contingente de trabalhadores agrícolas ainda existente e para elevar os seus rendimentos. A lógica do grande empreendimento agrícola é a da acumulação intensiva em capital, que gera relativamente poucos postos de trabalho na produção. E como existem profundos desníveis no desenvolvimento regional (e mesmo internamente a cada região), particularmente em relação ao grau de mecanização da agricultura e de sofisticação da pecuária, os problemas relacionados com o mercado de trabalho rural ganham colorido diferente em cada área produtiva do País, sendo possível identificar áreas em que a população rural está exposta a um maior grau de vulnerabilidade, áreas em que predominam o assalariamento com relações de trabalho precárias e áreas onde a agricultura familiar está melhor estruturada. Mesmo

havendo uma movimentação espontânea de trabalhadores agrícolas oriundos de áreas estagnadas em direção a localidades mais dinâmicas ou às escassas áreas de fronteira agrícola ainda abertas, na ausência de uma intervenção eficaz do Estado, é provável que o imenso estoque de força de trabalho ociosa no campo perdure por muito tempo, mantendo-se assim as mencionadas desigualdades regionais no campo.

O perfil dos trabalhadores agrícolas examinado neste estudo procurou evidenciar os traços mais visíveis de uma problemática que denota as precárias condições ocupacionais dessa população. Em primeiro lugar, há uma elevada proporção de pessoas trabalhando no meio rural à margem de relações mercantis. Contudo, a imensa maioria daqueles que estão empregados em empreendimento agrícola está submetida a baixos níveis de rendimento mensal – sendo a inserção das mulheres geralmente mais desfavorável – e a jornadas de trabalho muito extensas. Além disso, destaque-se que os trabalhadores agrícolas são precocemente iniciados na vida ativa e, em geral, não deixam de trabalhar com o avanço para faixas etárias acima de 60 anos. Chama atenção, ainda, o baixo grau de instrução e a dificuldade de qualificação profissional dessa população, o que não parece ter impedido a introdução de inovações tecnológicas nos grandes empreendimentos. Portanto, o perfil das pessoas economicamente ocupadas no setor agrícola sugere (i) que a luta por melhoria nas condições de trabalho e de vida, no Brasil, tem ainda muitos embates pela frente e (ii) que tal melhoria não está garantida – ou se processa muito lentamente – quando a modernização do setor é encaminhada pelas forças do mercado.

O foco da análise concentrou-se nas diferenças regionais e na explicitação do grau de heterogeneidade presente nas atividades agrícolas. Os diferenciais entre as Unidades da Federação relacionados ao perfil dos trabalhadores agrícolas mostraram que o recorte por grandes regiões pode ocultar especificidades importantes. De fato, as comparações estaduais fornecem uma riqueza de detalhes que torna mais útil o mapeamento dos problemas centrais. Portanto, embora seja essencial uma política de fomento às atividades rurais em âmbito nacional, os programas específicos destinados à superação das distintas situações de precariedade aqui explicitadas devem tomar como referência o contexto socioeconômico em cada estado, em particular no que se refere aos diferentes níveis de desenvolvimento agropecuário e de estruturação da agricultura familiar.

Pode-se afirmar que, tendo em vista o quadro aqui traçado, são fundamentais tanto o desenvolvimento de alternativas de ocupação no meio rural quanto políticas de desenvolvimento agrário que possam contribuir para a diminuição das mazelas sociais

provocadas pelos elevados níveis de desemprego oculto e pelas baixas remunerações no campo. Em particular, é preciso ampliar a cobertura dos programas voltados ao financiamento dos pequenos produtores agrícolas⁶ e para o estímulo a atividades rurais não-agrícolas – como pequenas agroindústrias destinadas ao beneficiamento da produção de uma microrregião, ou ainda, o incentivo a atividades ligadas ao turismo rural e ecológico – objetivando reduzir ou mesmo reverter o fluxo migratório campo-cidade.

Por fim, deve-se ponderar que as transformações estruturais no mundo do trabalho no campo acabam causando impactos sobre o mercado de trabalho urbano. No Brasil, há ainda um volume imenso de pessoas morando em áreas rurais, submetidas a duras condições de vida, que podem sair em busca de novos modos de viver. Embora o crescimento da PEA urbana tenha desacelerado, nas últimas décadas, ainda são preocupantes as projeções populacionais, que indicam uma pressão demográfica persistente sobre o mercado de trabalho nas cidades brasileiras, em especial naquelas que atraem um fluxo maior de migrantes. Dessa forma, o desempenho do mercado de trabalho no campo, por um bom tempo ainda, continuará sendo um fator decisivo para o agravamento ou não da situação ocupacional em muitas áreas urbanas e permanecerá constituindo uma das questões centrais no debate sobre os desafios para um desenvolvimento regional mais equilibrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELIK, W. et al. O emprego rural nos anos 90. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora da Unesp/Campinas: Unicamp/IE, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas/SP: Unicamp/IE, 2002 (Coleção Pesquisas).

HOFFMANN, R. A distribuição da posse da terra no Brasil de acordo com as PNAD de 1992 a 1999. In: CONCEIÇÃO, J. C.; GASQUES, J. G. *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2001.

⁶ O Governo Lula ampliou consideravelmente os recursos destinados a programas de fomento à agricultura familiar, como o PRONAF. Porém, tais programas poderiam apresentar resultados melhores se houvesse um conjunto de políticas convergentes (taxa de câmbio, juros, estoque regulador, garantia de preço mínimo etc.).

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. *Economia e Sociedade*, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, n. 23, jul./dez. 2004.

MAIA, A. G. et al. A evolução recente da ocupação e do rendimento no setor agrícola. In: *XLIII Congresso da sober sociedade brasileira de economia e sociologia rural*. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.

MATTEI, L. *A evolução do emprego agrícola no Brasil*. São Paulo: ABET, 1998 (Coleção ABET Mercado de Trabalho, v. 4).

PRONI, M. W. et al. O mercado de trabalho no campo. In: TEIXEIRA, M.; LADOSKY, M. H.; DOMINGUES, M. R. (Org.). *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo: CUT, 2005.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; CAMPOS, A. C.; FERREIRA, C. M. C. Abordagem alternativa do crescimento agrícola: um modelo de dinâmica evolucionária. *Revista Brasileira de Inovação*. Rio de Janeiro: Finep, v. 4, n. 2, jul./dez. 2005.